

Parecer nº 136/99

Data: 199.09.09

Processo nº 652

Requerente: João Ramos de Almeida

Requerido: Ministro das Finanças

I - Os Factos

1. O requerente reclama para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) porquanto pela segunda vez vê recusado tacitamente um pedido dirigido em 27.05.1999 ao Ministro das Finanças referente ao acesso à documentação que se reporta à reprivatização do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA e respectivas propostas de aquisição da Companhia de Seguros Mundial Confiança.
2. O primeiro pedido ficara insatisfeito porquanto os serviços depositários do processo detido pelo ministério informaram não o terem localizado.
3. Entretanto, por Despacho nº 527/99 – SETF de 5.04.1999, dá-se conta da sua localização e envio a entidades que anteriormente o haviam solicitado, públicas e particulares.

II - O Direito

1. O requerente tem direito, enquanto cidadão, nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, a conhecer a documentação em causa detida pelo Ministério das Finanças, referente ao referido processo de privatização, ora localizado e que, conforme Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, não está em segredo de justiça; ou seja, independentemente de sua autenticidade, tem direito

de acesso a quaisquer documentos administrativos que existam e se reportem ao tema.

2. A lei atribui à Administração um poder discricionário de não comunicar dados da vida comercial de empresas envolvidas no processo. Trata-se de uma excepção que traduz um poder interditador do acesso, que não é de uso arbitrário, pois o Ministério socorrer-se-á dele se e apenas nos estritos termos necessários para evitar eventuais prejuízos económicos aos particulares envolvidos. No fundo, o Ministério não deve comunicar aqueles dados que se reportarem a informações contendo segredos comerciais ou operações de engenharia financeira, que conhecidos num dado momento, possam trazer prejuízo à empresa proponente do negócio. Nesta data, não é crível que tais elementos possam objectivamente comportar tal receio. Mas o Ministério ajuizará, sendo certo que a CADA, não os conhecendo, não se pronuncia sobre isso, ficando, pois, o juízo final reservado aos tribunais administrativos, caso a Administração cometa desvio de poder ou mesmo violação da lei (por desrespeito do princípio da proporcionalidade, no exercício da selecção da massa documental a interditar).

Parecer:

A CADA é de parecer que o Ministro das Finanças deve passar fotocópia de toda a documentação solicitada por João Ramos de Almeida, sombreando eventualmente algum dado sensível, ainda não público, de natureza comercial ou financeira, de cujo conhecimento se possa concluir que, objectivamente, ainda hoje, em termos de actividade futura das empresas envolvidas no negócio, possam advir prejuízos económicos sérios, nos termos expostos no relatório precedente.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

Silva Marques (Relator) – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)